

As imortalidades de Mario



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

A primeira imortalidade de um escritor está na permanência dos seus personagens e nas histórias criadas por ele. A segunda imortalidade vem dele próprio, como personagem de seu tempo. A presença em uma academia também lhe confere imortalidade, e receber o Prêmio Nobel de Literatura é o coroamento maior. Mario Vargas Llosa conquistou esses quatro pilares da imortalidade.

Ao longo de sua carreira, o escritor peruano criou personagens e histórias inesquecíveis, como se tivesse sido o Balzac do realismo fantástico latino-americano. Nunca morrerão os personagens de *Conversa na catedral*, *Pantaleão e as visitadoras*, *A guerra do fim do mundo*, *A casa verde* e dezenas de outros livros e personagens que ficarão na lembrança de seus contemporâneos e das futuras gerações. O próprio Vargas Llosa, crítico literário, escreveu uma tese, *Orgia perpétua*, onde cita que Madame Bovary, criada por Gustave Flaubert, 100 anos antes, marcou mais seus sentimentos do que pessoas de carne e osso com as quais ele conviveu no mundo real. Nós vivemos até hoje com Dom Quixote e

Sancho Pança, com Capitu, Riobaldo, Ana Karenina, tanto quanto com os personagens de Vargas Llosa. Flaubert conquistou imortalidade por sua personagem, mas Vargas Llosa obteve imortalidade também pela própria vida, sua presença de intelectual público e de político combatente, inclusive candidato à presidência do seu país.

Lamentavelmente, dois de seus grandes amigos brasileiros — Nélide Piñon e Cândido Mendes, também imortais — não estão mais aqui para descrever o lado pessoal do escritor. Conheci Mario quando ele ainda era um jovem escritor e o convidei, em 1977, para uma palestra no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Alguns anos depois, sugeri e ajudei na promoção de sua visita ao Brasil, na Universidade de Brasília (UnB). Tivemos encontros em Lima, no Peru, e em Madrid e Toledo, na Espanha. Pude sentir a marca de sua personalidade firme, exuberante e charmosa, de um conferencista superior. Em uma palestra noturna na UnB, quando faltou energia no meio de sua fala, ele pediu velas e continuou a falar, mantendo a atenção de todos ao discorrer, sem que fosse necessário mudar uma única palavra ou vírgula no texto transcrito depois.

Sua participação política também lhe confere imortalidade. Não apenas pela firmeza envolvente e sem omissões, mas também pela coragem com que defendia suas convicções pessoais, mesmo quando, ao seu redor, amigos e companheiros preferiam a fidelidade às ideias do passado, independentemente das

transformações no mundo. Vargas Llosa foi fiel ao seu compromisso com a liberdade individual e com a eficiência econômica. Com esses compromissos, suspendeu temporariamente o trabalho de escritor e foi candidato à presidência de seu país. Candidatura que por poucos votos não lhe fez presidente, com visão para evitar a tragédia que até hoje se abate sobre a República do Peru. Em uma viagem a Brasília, entre os dois turnos, chegou a me convidar para a posse, que ocorreria na semana seguinte. Perdeu a eleição, mas com a veia de escritor levou a experiência de candidato para a literatura, resultando em um de seus melhores livros, *Um peixe na água*, onde o personagem é ele próprio. O aproveitamento da campanha eleitoral como tema de inspiração literária mostrou que a política tem um lado aritmético para somar votos, e um lado existencial, para aumentar experiências biográficas. Isso foi possível por ter sido candidato sem deixar de ser escritor.

Além de uma imortalidade conquistada com seus personagens e estórias, e outra graças a suas ações como personagem da história, Vargas Llosa é imortal como membro da Academia Francesa de Letras, da Real Academia da Espanha, um dos poucos correspondentes da Academia Brasileira de Letras. E é laureado com o Nobel de Literatura que lhe assegura o coroamento da imortalidade.

Esta semana, aos 89 anos, Mario concluiu seu tempo, mas não morreu, porque se fez imortal pelas letras, pela vida, pelas academias e pelo Nobel que o laureou.



Brasília, a Capital da Felicidade e o PDOT: um paradigma para o futuro da habitação



» IVELISE LONGHI
Arquiteta, líder do Eixo
de Desenvolvimento
Urbano do Codese DF

Brasília, com sua arquitetura modernista e planejamento urbano inovador, sempre foi símbolo de desenvolvimento e transformação. Além de ser a capital política do Brasil, foi pensada para refletir as aspirações de uma sociedade moderna e próspera. Nesse contexto, o movimento Brasília, Capital da Felicidade, liderado por Cosete Ramos, da Associação das Mulheres que Amam Brasília (AmaBrasília), e do qual faço parte, alinha-se aos critérios da ONU que, em 2012, instituiu o Dia Internacional da Felicidade. Nesse dia, a organização divulga o World Happiness Report, que apresenta o ranking dos países mais felizes do mundo com base em indicadores como renda per capita, suporte social, expectativa de vida saudável, liberdade e percepção de corrupção.

O World Happiness Report e o conceito de Felicidade Nacional Bruta (FNB), criado no Butão, reino budista situado no extremo leste do Himalaia, incentivam os países a incluírem a felicidade em suas políticas públicas, de forma a promover uma sociedade mais justa e equitativa. Adotando esses princípios, o movimento Brasília, Capital da Felicidade aspira transformar Brasília em um modelo de bem-estar social, com foco no acesso à moradia digna,

mobilidade, educação, saúde e segurança, e na criação de um ambiente com qualidade de vida para todos os seus cidadãos.

O Distrito Federal enfrenta um desafio com o déficit habitacional que afeta diversas faixas de renda e que resulta em crescente ocupação irregular de áreas. A falta de moradia regular, especialmente para as faixas de menor renda, tem levado a ocupações desordenadas, comprometendo a qualidade de vida e o planejamento da cidade.

É nesse cenário que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) se torna fundamental. Ele deve buscar, entre outras coisas, soluções para o problema da ocupação irregular por meio de estratégias como a oferta de habitação e a fiscalização eficaz. O plano precisa identificar áreas específicas e instrumentos urbanísticos adequados que ampliem a oferta habitacional, incentivando empreendedores a investir em projetos que atendam ao interesse social, mas que também contemplem todas as faixas de renda. Essas áreas são vistas como pontos estratégicos para o crescimento urbano ordenado, afastando-se das soluções improvisadas e irregulares.

O movimento Brasília, Capital da Felicidade reforça essa visão ao vincular a felicidade à equidade social, com ênfase na moradia digna. A felicidade não deve ser um conceito abstrato, mas uma realidade concretizada por políticas públicas que garantam o bem-estar de todos.

O PDOT deve estar atento à atividade de fiscalização, pois ela é essencial para o seu sucesso e para garantir um território alinhado aos princípios de sustentabilidade e à preservação

de Brasília enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade. Ao integrar a fiscalização com a oferta de moradia, o PDOT proporciona uma abordagem equilibrada: oferece alternativas viáveis e acessíveis à população, ao mesmo tempo em que assegura uma ocupação urbana de qualidade.

Sem um planejamento e controle adequados, a oferta de habitação pode ser insuficiente frente às ocupações irregulares, que geram condições precárias e problemas sociais, como a falta de acesso a serviços públicos, saneamento e segurança. Portanto, a fiscalização é crucial para garantir que o DF cresça de forma estruturada, evitando a ocupação de áreas sensíveis ambientalmente.

A revisão do PDOT pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do DF (Seduh) bem como o movimento Brasília, Capital da Felicidade tem em comum a construção de uma cidade mais acolhedora e sustentável. Ao integrar o planejamento urbano com a busca pela felicidade e bem-estar, Brasília pode se tornar um modelo que poderá ser replicado em outras cidades.

Como arquiteta, coordenadora do PDOT de 1992 e moradora do Distrito Federal, tenho acompanhado de perto suas revisões, e é visível o esforço técnico em atender a esses preceitos por meio de análises criteriosas e da incorporação das sugestões da população. Há um grande potencial de transformação, e espero que esse processo leve à criação de soluções urbanísticas que atendam verdadeiramente às demandas habitacionais, ambientais e de bem-estar da população, promovendo uma Brasília mais inclusiva, organizada e, sem dúvida, mais feliz.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.djf@dabr.com.br

Doa a quem doer

Com a promessa do presidente americano, Donald Trump, de dar nova classificação aos cartéis de drogas, elevando-os à categoria de organizações terroristas, muda todo o cenário relativo às operações de combate a essas facções. A razão dessa mudança de status dessas organizações, primeiramente aquelas que têm suas bases fincadas no México, é que esses grupos representam, além de uma ameaça direta e poderosa à segurança nacional norte-americana, um prejuízo incomensurável tanto à política externa daquele país quanto à sua economia.

Os Estados Unidos têm uma longa experiência no combate direto a esses cartéis, inclusive com o emprego de suas forças armadas, bombardeando plantações e laboratórios de produção da cocaína e outros produtos entorpecentes. Lembrando ainda que o país experimenta hoje um recorde de mortes por overdose de opioides sintéticos e outras drogas.

O avanço das facções criminosas é uma realidade agora em toda a América Latina. A extensão do problema ultrapassou os limites das fronteiras, tornando-se não apenas uma questão de segurança dos EUA, como de todo o continente. Os chefões desses cartéis, cientes de que haverá um recrudescimento no combate às suas atividades criminosas, há muito cuidaram de diversificar seus negócios, investindo bilhões de recursos em atividades legais, onde lavam e escondem todo esse dinheiro sujo.

Mais uma vez, o continente está prestes a assistir ao retorno da guerra contra as drogas, protagonizada pelos militares americanos com todo o poderio que têm de destruição. A ordem executiva assinada pelo presidente Trump vale para todos os cartéis de drogas do continente, incluindo, nessa lista aberta, ao lado dos cartéis mexicanos e venezuelanos e outros, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que atuam não só em todo o território nacional, como além das fronteiras.

O governo americano sabe, até melhor do que o próprio governo brasileiro, o que essas organizações do crime andam fazendo aqui no Brasil e em outros países. Conhece e tem informações precisas sobre a movimentação de recursos desses bandos e sabe exatamente o que que vai fazer e quando. As informações que mais preocupam as autoridades americanas são aquelas que mostram que esses criminosos há tempos vêm se preparando para eleger candidatos próprios, a fim de infiltrá-los na máquina do Estado, tanto no Legislativo quanto no Executivo, de onde poderão vir a ter maior poder ainda. A coragem e a força do dinheiro fizeram com que essas organizações comesçassem a operar livremente dentro de nossas metrópoles, por meio do controle de linhas urbanas de transporte, postos de abastecimento e distribuidoras de combustíveis.

O branqueamento desses recursos vindos do crime dentro da economia formal do país é outro ponto a incomodar o governo Trump. Hoje, vai ficando cada vez mais difícil distinguir entre os cartéis de drogas mexicano e o crime organizado brasileiro, dado o poder que cada um desses grupos desfruta dentro dos respectivos governos. As autoridades brasileiras também se deram conta de que, sozinhas, não podem enfrentar o crime organizado. É consenso de que essa é uma missão e uma guerra que só as Forças Armadas podem enfrentar de igual para igual.

O fato é que o combate às organizações foi sendo considerado, por vários governos, um assunto de menor importância e, como tal, poderia ser resolvido apenas com o trabalho das polícias Civil e Militar regulares. Acontece que o crime cresceu em tamanho, poderio econômico e estratégico, elevando o número de áreas sob seu controle direto.

Lugares onde entrar sem permissão significa a morte. As ações de combate aos cartéis que estão sendo planejadas meticulosamente pelos americanos, com certeza, vão incomodar muitos governos, sobretudo aqueles que falam em soberania. A verdade é que esse é um problema que muitos governos não puderam ou quiseram resolver.

A existência do narcostado já é uma realidade a desestabilizar a segurança de todos no continente, inclusive dos americanos. As autoridades também sabem que esses grupos operam de forma coordenada e estruturada, tendo pessoal e armas de última geração.

O Brasil, com milhares de quilômetros de fronteiras secas e com a imensa Região Amazônica fazendo vizinhança com países produtores de drogas, entra nessa lista de Trump também como um dos alvos das ações das forças de segurança americanas. Doa a quem doer.

A frase que foi pronunciada:

“O desafio do governo não é apenas enfrentar a criminalidade com inteligência e força de segurança, mas também fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis diante do assédio do crime organizado”

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça

História de Brasília

Apesar de inaugurado o telefone público, os do aeroporto estão na mesma. Eram quatro. Um foi retirado, dois não funcionaram, e um funciona mal. (Publicada em 29/4/1962)